

Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPEd^I

Márcia Ondina Vieira Ferreira^{II}

Márcia Cristiane Völz Klumb Coronei^{III}

Resumo

A trajetória dos estudos de gênero no Brasil é atravessada por contendas com a intenção de alcançar visibilidade, buscando a legitimação dos mesmos no campo científico, sendo que várias autoras referem que esse processo foi levado adiante por meio de núcleos de estudo e pesquisa presentes em diversas instituições, em especial desde os anos 1970. A partir dessa ideia, o trabalho busca verificar como vem ocorrendo a inclusão do gênero no espaço da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), usando para isso resultados de um estado da arte a respeito. Duas são as questões perseguidas pelo trabalho. A primeira refere-se a como está o processo de constituição do campo do gênero na ANPEd, abordando o período compreendido entre 2000 e 2011: há indícios de legitimação? A segunda questão diz respeito a quais forças sustentam o referido campo: há grupos de pesquisa com atuação frequente e preeminente no espaço da ANPEd, de forma a garantir seu desenvolvimento e multiplicação de estudos? Para problematizar essa questão o período de tempo analisado será o compreendido entre 2007 e 2011. Os resultados apontam para um processo de ampliação de visibilidade – sem que se possa falar em total legitimação –, garantido por disputas levadas a efeito especialmente por grupos de pesquisa radicados no GT 23 (Gênero, Sexualidade e Educação).

Palavras-chave

Gênero – Sexualidades – Produção científica – ANPEd – Grupos de pesquisa.

I- Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na 37ª Reunião Anual da ANPEd (2015). Agradecemos ao CNPq pelo financiamento dos estudos que deram origem a este texto e aos membros das equipes de pesquisa.

II- Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.
Contato: marciaondina@uol.com.br

III- Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.
Contato: marciavolz@yahoo.com.br

About the Legitimation of Gender Studies in the ANPEd'

Márcia Ondina Vieira Ferreira^I

Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel^{III}

Abstract

The trajectory of gender studies in Brazil is pervaded by struggles aimed at reaching visibility in order to legitimize gender studies in the scientific field. Several female authors affirm that this process was carried out through research groups at several institutions, particularly since the 1970's. Based on this idea, the present work aims to examine how gender studies have been included in the sphere of the National Association of Post-Graduation and Research in Education (ANPEd) by using findings of a state of the art on the subject. The work pursues to answer two questions. The first refers to the status of the process of constitution of the gender studies field in the ANPEd, with focus on the period from 2000 to 2011: are there signs of legitimation? The second question concerns the forces sustaining this field: are there research groups with a frequent, prominent work in the sphere of the ANPEd so as to ensure its development and multiplication of studies? In order to problematize this question, the analyzed period covers from 2007 to 2011. Results indicate a process of expansion of visibility – although we still cannot talk about total legitimation –, ensured by struggles carried out particularly by research groups that are members of the GT23 (Gender, Sexuality and Education).

Keywords

Gender – Sexualities – Scientific production – ANPEd – Research groups.

I- A preliminary version of this work was presented at the 37th ANPEd Annual Meeting (2015). We thank the CNPq for funding the studies that originated this text, and the members of the research teams.

II- Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Contact: marciaondina@uol.com.br

III- Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Contact: marciavolz@yahoo.com.br

Situando a discussão e o estudo

Qualquer campo, o científico, por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas por transformar esse campo de forças. (BOURDIEU, 2003b, p. 76)

O desenvolvimento dos estudos de gênero tem uma história não muito longa, se considerarmos sua incorporação como categoria de análise reconhecida como capaz de colaborar na interpretação de processos de desigualdade ou outros fenômenos sociais. Assim, embora há muito tempo venha se debatendo a posição subordinada das mulheres em diferentes sociedades – origem das discussões sobre gênero –, é só a partir dos movimentos gerados ao final dos anos 1960 que elaborações teóricas mais radicais foram sendo gestadas de forma a inserir o gênero no espaço mais propriamente acadêmico.

No que tange ao contexto brasileiro, relatos de uma série de autoras confluem no sentido de demonstrar que os responsáveis por introduzir a discussão no campo das humanidades foram núcleos de estudos e pesquisas situados em várias instituições, especialmente a partir da década de 1970. Como as autoras descrevem, a luta pela legitimidade forçou a visibilidade do gênero em diversos campos de conhecimento (SOUZA-LOBO, 1991; COSTA, 1994, 1996; BRUSCHINI; PINTO, 2001; BLAY, 2006), de tal maneira que, nos anos 1980, a discussão acadêmica sobre gênero se amplia, mesmo que muitas vezes estivesse situada apenas no plano da situação das mulheres. Isso não quer dizer, entretanto, que o gênero tenha encontrado o seu espaço de legitimação. As autoras referem, também, que um processo levado a efeito por grupos hegemônicos nas disciplinas científicas tinha por objeto a “concessão” de nichos específicos aos estudos de gênero, de tal maneira que os parâmetros tradicionais das disciplinas se mantivessem intactos. Isso é facilmente compreensível se tomarmos o campo científico como um lugar em que ocorre uma luta concorrencial pela

autoridade científica, “definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social” (BOURDIEU, 1983, p. 122), no qual um grupo que quer se legitimar precisa disputar o monopólio da competência científica.

Tomemos o exemplo da sociologia. Souza-Lobo (1991) denuncia as dificuldades da sociologia em incorporar o gênero, ao querer apenas criar um ramo específico para as investigações que tomam em consideração esta categoria, deixando incólumes as análises tradicionais sobre trabalho ou movimentos sociais, que continuariam atuando com categorias sexualmente cegas. Adelman (2004) usa o termo “mecanismos de contenção” para explicar a tendência a criar espaço para o gênero como uma variável meramente descritiva, que não afete os conceitos sociológicos considerados mais importantes.

Aliás, como sabemos, esse não é um fenômeno apenas nacional. Kergoat (2009, p. 70), por exemplo, quando aborda a trajetória dos estudos sobre divisão sexual do trabalho na França, narra

[...] o declínio da força subversiva [desse conceito]. O termo é agora usual no discurso acadêmico das Ciências Humanas, particularmente na Sociologia. Mas na maior parte das vezes é despojado de toda conotação conceitual e retorna a uma abordagem sociográfica que descreve os fatos, constata desigualdades, mas não organiza esses dados de maneira coerente.

Em síntese, como foi se tornando impossível ignorar a existência de estudos que apontavam para as relações entre homens e mulheres como constitutivas das relações de poder social, político e econômico, pesquisadoras e pesquisadores no campo do gênero lograram obter espaços, mas sem que necessariamente o estatuto das disciplinas científicas sofresse modificações. Em outras palavras, como explica Schiebinger (2001, p. 24), ao referir-se às relações entre ciência

e produção de conhecimento por mulheres, “espera-se que as mulheres assimilem a ciência, ao invés de vice-versa; supõe-se que nada na cultura ou no conteúdo das ciências, precise mudar para acomodá-las”.

Não obstante essas dificuldades, ou exatamente no sentido de removê-las, é possível reportar, brevemente, uma série de eventos que confluíram para o fortalecimento do campo do gênero em nosso país, sem prejuízo de outros tantos que ocorreram. Inicialmente algumas autoras (GROSSI, 2004; FERREIRA, 2011; SCAVONE, 2011) citam a defesa da tese de livre-docência de Heleieth Saffioti (1979) na USP, em 1967, como demarcador dos estudos sobre a mulher no Brasil. Vale dizer que não o consideramos o único trabalho acadêmico a respeito naquele período, mas sim um (excelente) trabalho que conseguiu conquistar divulgação à época.

Além disso, segundo Scavone (2011, p. 4),

No ano de 1975, um grupo de intelectuais feministas ligadas ao Coletivo de Pesquisas sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas (FCC) organizou o Simpósio “Contribuições das Ciências Humanas para a Compreensão da Situação da Mulher” na XXVII Reunião da Sociedade Brasileira [para o] Progresso da Ciência (SBPC) [...]. Esta foi uma das primeiras ocasiões em que a questão da mulher foi debatida em um fórum acadêmico de porte nacional.

Já Costa (1996) indica o seminário Mulheres na força de trabalho na América Latina (Iuperj), origem de um grupo de trabalho criado na Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) sobre o tema, e um edital capitaneado pela Fundação Carlos Chagas para bolsas de pesquisa sobre a temática da mulher, ambos em 1978. Conforme Grossi (2004, p. 213), essa Fundação e a Fundação Ford tiveram um papel fundamental ao promover, entre 1978 e 1998, concursos de dotações para pesquisa sobre

mulher e gênero que apoiaram “duas centenas de novos pesquisadores”.

Desse período em diante, produções e núcleos de estudos se replicaram, e outras autoras (BRUSCHINI; PINTO, 2001) recordam, no início dos anos 1990, o seminário Estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectiva, a partir do qual foi publicado o livro *Uma questão de gênero* (COSTA; BRUSCHINI, 1992). Outro marco importante citado foi o surgimento da revista *Estudos Feministas*, em 1992, na UFRJ, transferida para a UFSC em 1999.

Já a revista *Cadernos Pagu*, do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp, foi criada em 1993. Para Costa (2008), o aparecimento desse periódico e da revista *Estudos Feministas* foi resultado da demanda por espaço de publicação, frente à vitalidade da produção, resultado do incremento de cursos e núcleos de pesquisa sobre a temática. Mas também ressaltamos a existência de outra revista, criada em 1994, o caderno *Espaço Feminino*, promovido pelo Núcleo de Estudos de Gênero, Violência e Mulheres (Neguem), vinculado ao Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS (UFU).

Cabe citar, igualmente, o Seminário Internacional Fazendo Gênero, cuja gênese remonta a 1994 no Fazendo Gênero – Seminário de Estudos sobre a Mulher, ligado à área de literatura (UFSC). Desde então o evento bianual e transdisciplinar já contemplou dez encontros (até 2013), tendo se transformado em evento internacional em 2000, ampliando seu escopo às mais variadas áreas e temáticas.

Essas atividades expressam a força do debate alicerçado nos núcleos sobre gênero em várias instituições brasileiras, sejam elas universidades, organizações não governamentais ou instituições de pesquisa, reunindo investigadores(as) com diversas formações. Mas, além disso, expressam formas de organização que revelam a existência subjacente de redes informais sustentadas pela solidariedade e suporte mútuo, e que fazem uso daquilo que Costa (1996) chamou de *estratégia da caminhada*

na corda bamba. Ela encontrou, entre 1980 e 1990, vinte núcleos ou grupos de estudos de gênero pela geografia brasileira, e assinala que, ao final dos anos 1980, a maior parte das associações de pesquisa do país já contava com grupos especializados em questões de gênero.

A autora desenvolve outros argumentos significativos para quem quer pensar o desenvolvimento da pesquisa na área no Brasil:

O avanço dos estudos das mulheres no princípio dos anos 1980 foi mais quantitativo que qualitativo; respondendo a urgentes questões ideológicas, os produtos tinham um alto potencial de formadores de opinião, mas um baixo nível de abstração [...].

Nos anos 1990, os estudos de gênero são aparentemente um campo bem estabelecido, mas ainda têm pés de barro; isso inclui extremas disparidades [...]; estudos de gênero são reconhecidos como geradores de pesquisas pioneiras e inovações teóricas e metodológicas, enquanto várias de suas necessidades infraestruturais básicas estão ainda em condições impróprias e permanecem altamente dependentes de recursos estrangeiros (COSTA, 1996, p. 45-46).

Porém a situação narrada por Costa quanto à falta de recursos para a pesquisa sobre gênero modificou-se um pouco, pois no momento mais recente da produção nacional já encontramos uma série de editais específicos de recursos para pesquisa e premiações voltadas ao tema, oriundos de agências oficiais do Estado brasileiro, que buscam aportar meios para superar minimamente as dificuldades registradas. Como relata Scavone (2011, p. 12),

A partir de 2002¹, os editais da [Secretaria de Políticas para as Mulheres]/CNPq voltados para as questões de gênero e/ou

1- Conforme página do atual Ministério da Justiça e Cidadania, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres foi criada em 2003,

área da saúde constituíram um incentivo importante para o financiamento das pesquisas de gênero. Além disso, os editais SPM/CNPq de concursos de monografias sobre gênero, em diferentes categorias de titulação, também [incentivaram] a produção em estudos de gênero para os níveis médios e da graduação.

Além disso, a repercussão do tema tem se feito presente em outras dimensões, como na produção de documentos pelo Inep (por exemplo, GODINHO et al., 2006; RISTOFF; GIOLO, 2006; RISTOFF et al., 2007, 2008), buscando examinar e discutir as desigualdades de gênero na educação. A referida Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem promovido eventos e publicado seus resultados (por exemplo, BRASIL, 2006), bem como o próprio Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (por exemplo, MELO et al., 2006; JUNQUEIRA, 2009).

Igualmente não podemos esquecer o surgimento e/ou fortalecimento de organizações voltadas ao avanço das discussões sobre diversidade sexual, certamente uma vertente importante com atuação significativa quanto mais nos aproximamos dos dias recentes. Das articulações desses grupos, organizados ou não sob forma de associações de pesquisa, resultaram parcerias com órgãos governamentais como o importante programa Brasil sem Homofobia, dedicado a combater a violência *contra* e a discriminação *da* população LGBT (BRASIL, 2004)².

Se nos dirigirmos, agora, particularmente ao campo acadêmico da educação, elaborações significativas sobre gênero vêm se expressando

estando vinculada a esse Ministério desde 12 de maio de 2016. Veja-se: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>

2- Merece nota o avanço do fundamentalismo conservador em nosso país, neutralizando muitas vitórias em prol de uma sociedade com menor grau de desrespeito aos direitos humanos (vide disputas quanto ao estatuto da família, aborto legal, introdução de temáticas sobre gênero e orientação sexual nos Planos de Educação, Programa Escola sem Partido – PLS 193/2016 etc.).

por dentro da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), na condição de organização representativa dos programas de pós-graduação da área. Mas aí também o espaço tem sido aberto lenta e arduamente, pois em todo campo científico vige uma “hierarquia de objetos legítimos, legítimáveis ou indignos” (BOURDIEU, 1998, p. 35): para ingressar num campo e participar da luta por legitimação de um objeto é preciso ingressar no jogo e “produzir a crença no valor do que está em jogo” (BOURDIEU, 2003a, p. 122).

Nesse sentido, este artigo é parte de um longo esforço para sistematizar a presença do gênero na produção científica selecionada como significativa, em vários campos de investigação temáticos e/ou disciplinares, no âmbito da ANPED. Ele registra alguns dos resultados de dois estudos sobre a trajetória da pesquisa sobre gênero na história da associação (FERREIRA, 2012; FERREIRA, 2015).

A metodologia de investigação inscreve-se nos marcos dos estados da arte, mapeando a produção e descrevendo-a segundo categorias que vão tomando forma a partir da imersão no conjunto de trabalhos. A seleção dos materiais implicou a leitura na íntegra daqueles textos cujos títulos e resumos pareciam indicar a abordagem de questões relativas a gênero e sexualidades. Os trabalhos selecionados, agrupados por reunião/ano, tiveram suas características descritas em quadros, conformando um banco de dados. Para este artigo, uma divisão significativa entre os trabalhos selecionados precisa ser esclarecida: trata-se da separação dos trabalhos que consideramos utilizar o gênero como ferramenta principal de análise (FP), isto é, os que concebem o gênero como categoria interpretativa; e aqueles que usam o gênero como ferramenta secundária (FS), meramente descrevendo as populações investigadas (dividindo-as por sexo) ou acrescentando aspectos relativos a gênero sem que esse seja seu objeto principal. Essa separação dos textos foi bastante importante no âmbito de nossos estudos no sentido de poder identificar as pessoas que, desde o início de sua

investigação, tinham por propósito colaborar para o desenvolvimento dos estudos de gênero. Aqui utilizaremos textos FS apenas no primeiro momento, quando quantificamos o total da produção na ANPED. A análise mais substantiva será feita a partir dos textos considerados FP.

Neste artigo em especial serão analisadas duas questões originárias da reflexão promovida pela imersão no banco de dados. A primeira delas refere-se a como está o processo de constituição do campo do gênero na ANPED, abordando o período compreendido entre 2000 e 2011. O campo do gênero na ANPED dá indícios de legitimação, no que se refere à sua relação com o campo científico educacional mais amplo?

A segunda questão aborda quais forças sustentam o referido campo: há grupos de pesquisa com atuação frequente e proeminente no espaço da ANPED, de forma a garantir seu desenvolvimento e a multiplicação de estudos? Em quais instituições tais grupos estão localizados? Para problematizar essa questão o período de tempo analisado será o compreendido entre 2007 e 2011.

Em função dessa análise, serão levados em consideração principalmente os trabalhos e pôsteres apresentados nos Grupos de Trabalho (GTs) durante as reuniões anuais examinadas.

Acompanhando o avanço dos estudos de gênero na ANPED

Dentro de um campo científico fortemente autônomo, um produtor particular não pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos (“reputação”, “prestígio”, “autoridade”, “competência”), senão de outros produtores, os quais, sendo também seus competidores, são os menos proclives a dar-lhe a razão sem discussão nem exame. (BOURDIEU, 2003b, p.18).

Em nosso estudo original, conseguimos quantificar de forma plena a produção sobre gênero e sexualidades na ANPED somente a partir do ano 2000, pois apenas desde a 23ª Reunião a totalidade dos textos apresentados no evento anual ficou disponível on-line. Contudo,

anteriormente a esta data buscamos verificar o maior número possível de fontes³ para, ao menos, termos uma visão preliminar relativa à presença do gênero na produção da associação.

Foi possível perceber que, entre os anos 1990 e 1999, o GT 2 (História da Educação) expressava fortemente a presença de estudos de gênero – compreendidos, aqui, de maneira ampla –, seguido pelos GTs 6 (Educação Popular), 3 (Movimentos Sociais e Educação) e 12 (Currículo). De fato, essa hegemonia do GT 2 na ocasião foi-nos confirmada pela pesquisadora Guacira Lopes Louro, fato compreensível tendo em vista certos objetos abordados no GT até hoje: a constituição da docência como trabalho feminino, a produção escolar da feminilidade e da masculinidade, a história de educadoras etc.

Para os anos seguintes (2000/2011), para termos uma ideia geral, em primeiro lugar indicaremos os valores totais da produção (todas as modalidades de trabalhos – tanto os apresentados nos GTs quanto em outras atividades), incluindo tanto os textos em que o gênero foi FP como aqueles em que foi FS. Tomando-se por referência o fato de que o GT 23 (Gênero, Sexualidade e Educação) foi criado em 2004, é perceptível a ampliação da produção sobre gênero e sexualidades no transcorrer do tempo, alcançando seu auge em 2010, na 33ª Reunião⁴. Essas informações podem ser melhor visualizadas na Tabela 1.

Mas, em segundo lugar, para apreender com maior detalhe se o gênero vem ampliando seu espaço é necessário divisar de forma mais precisa as características da produção. Centremo-nos, logo, apenas nos trabalhos e pôsteres considerados FP – um total de 237 textos, que corresponde a 4,9% do que foi apresentado nos GTs. Destes, 132 são do GT 23, e o restante (105) corresponde ao resultado de todos outros GTs somados, que representa 2,2% de tudo o que foi apresentado nesses doze anos.

O primeiro comentário versa sobre o sexo de quem produz os trabalhos, confirmando que a pesquisa sobre nosso assunto é realizada preponderantemente por mulheres (ROSEMBERG, 2001; MATOS; MARQUES, 2010): 80,2% são autoras; 13,9%, autores; e 5,9%, coautorias homem/mulher. Ainda assim, o número de homens vem crescendo, em especial a partir de 2004, pois, desde então, dos 45 textos apresentados por homens ou por parcerias entre mulheres e homens, trinta o foram no GT 23. Homens, em sua ampla maioria, têm se dedicado a investigar questões relativas a sexualidades.

As instituições responsáveis pela produção situam-se terminantemente nas regiões Sudeste e Sul, tal como indicado em estudos sobre gênero com outros *corpora* documentais (ROSEMBERG, 2001; MATOS; MARQUES, 2010; VIANNA et al., 2011) ou no estudo voltado ao próprio GT 23 (RIBEIRO; XAVIER FILHA, 2013): 124 textos foram

Tabela 1 – Número total de trabalhos *versus* número de trabalhos sobre gênero e sexualidades (G/S) com uso do gênero como ferramenta primária e como ferramenta secundária – 23ª a 34ª Reunião da ANPEd (2000-2011)

	23ª (2000)	24ª (2001)	25ª (2002)	26ª (2003)	27ª (2004)	28ª (2005)	29ª (2006)	30ª (2007)	31ª (2008)	32ª (2009)	33ª (2010)	34ª (2011)	Total
Total por reunião	369	384	395	370	437	639	466	503	496	426	447	583	5515
G/S	14 (3,8%)	20 (5,2%)	15 (3,8%)	13 (3,5%)	28 (6,4%)	36 (5,6%)	31 (6,7%)	39 (7,8%)	31 (6,2%)	38 (8,9%)	49 (11%)	45 (7,8%)	359 (6,5%)

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na página da ANPEd (www.anped.org.br).

3- Boletins e CD-ROM *25 anos da ANPEd*.

4- Aliás, gostaríamos de chamar a atenção para a magnitude do tratamento de dados que levamos a efeito, considerando o número total de trabalhos presentes no site da ANPEd nesses doze anos (5.515 trabalhos de todos os tipos).

produzidos na região Sudeste, 76 na região Sul, dezesseis no Centro-Oeste, quinze no Nordeste e apenas quatro provenientes da região Norte (além de um trabalho oriundo de Portugal e outro no

qual não há indicação da instituição da autora). Além disso, as maiores responsáveis pela produção são as instituições públicas de ensino superior, com 175 trabalhos, sendo 113 da rede federal, 61 das redes estaduais e um de uma rede municipal. Cinquenta e quatro trabalhos são oriundos de instituições privadas e oito foram feitos por pessoas não vinculadas ao ensino superior.

As instituições que contam com maior número de trabalhos são, por região, as seguintes: na região Sudeste a UERJ desponta com 21 trabalhos, seguida por UFMG e USP com doze. Na região Sul, UFRGS, com 25 textos, Unisinos, com oito, seguidas por UFPR e UFSC com seis. No Centro-Oeste, a UFMT traz cinco textos e a UFMS quatro. Enquanto isso, do Nordeste, a UFPB enviou quatro trabalhos e Uneb três. Finalmente, do Norte, dois estudos foram apresentados pela UEPA.

Essas informações não revelam nada mais do que a própria distribuição desigual da pesquisa em nosso país. A produção sobre gênero está radicada com mais força em instituições mais bem situadas no ranking das universidades brasileiras, que vêm recebendo maior aporte de financiamento em pesquisa e cujos programas de pós-graduação têm sido mais bem avaliados. As regiões Sudeste e Sul desbancam totalmente as demais regiões, sendo que praticamente a metade da produção está situada no Sudeste. A diferença quantitativa entre as regiões Sudeste e Sul em relação às demais regiões é tamanha que duas ex-coordenadoras do GT 23, em texto encomendado para a 36ª Reunião da ANPED fazem o seguinte comentário, ao avaliar os dez anos de existência do GT:

Profissionais da região Sudeste inscreveram e aprovaram a maioria dos trabalhos e pôsteres apresentados ao longo desses 10 anos. Muitos questionamentos poderiam ser feitos em relação à ausência das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Distância? Dificuldades de financiamento? Apresentação dos trabalhos nas reuniões científicas regionais? (RIBEIRO; XAVIER FILHA, 2013, p. 4).

Além disso, há que considerar que algumas das instituições não universitárias indicadas pelos(as) autores(as) são as instituições com as quais mantêm vínculos profissionais, sendo que seus trabalhos foram realizados em nível de pós-graduação em instituições acadêmicas. Ou seja, nós tomamos por referência a instituição indicada pelo(a) autor(a), que nem sempre foi aquela onde foi realizado o estudo, mas se fôssemos rastrear se o trabalho foi desenvolvido em curso de pós-graduação, provavelmente os números se ampliariam em favor do campo acadêmico.

Em relação ao financiamento – indício do reconhecimento de quem pesquisa e de suas instituições –, 103 desses trabalhos foram financiados, o que equivale a 43,4% da produção. Dos 132 trabalhos do GT 23, 59 (44,7%) foram desenvolvidos com auxílio de algum órgão de apoio à pesquisa ou à pós-graduação. Tais números são significativos e podem expressar uma ampliação do número de pesquisas sobre gênero que obtêm financiamento, hipótese que foge à comprovação no âmbito deste trabalho⁵. De todo modo, parece-nos que estudiosos(as) do gênero vêm participando ativamente das disputas no campo científico, de forma a tornar legítimo seu objeto de estudo.

Contudo, outras características da produção são mais elucidativas do tipo de avanços que vêm ocorrendo na associação, o que pode ser averiguado pela análise da Tabela 2. Primeiramente, três GTs nunca contaram, entre 2000 e 2011, com estudos que utilizassem o gênero como categoria de análise: os GTs 11 (Política da Educação Superior), 15 (Educação Especial) e 17 (Filosofia da Educação). Há outros seis grupos cujo número de trabalhos nesse período foi irrisório: os GTs 5 (Estado e Política Educacional), 10 (Alfabetização, Leitura e Escrita), 13 (Educação Fundamental), 22 (Educação Ambiental) e 24 (Educação e Arte)

5 - Lembremos também que, para efeitos deste texto, bolsas para cursar mestrado e doutorado foram arroladas como pesquisas financiadas, embora saibamos que a concessão de bolsas não ocorra em função do tema abordado pelos projetos das/os estudantes.

tiveram um trabalho cada (com a ressalva de e o GT 20 (Psicologia da Educação) apresentou que este último GT foi criado apenas em 2007); dois trabalhos.

Tabela 2 – Número total de trabalhos versus número de trabalhos sobre gênero e sexualidades (G/S) com uso do gênero como ferramenta primária* por GT – 23ª a 34ª Reunião da ANPED (2000-2011)

GT ^{1, 2}	TOTAL TRABALHOS 2000/2011	REUNIÕES ANUAIS/TRABALHOS G/S												TOTAL TRABALHOS G/S POR GT
		2000 (23ª)	2001 (24ª)	2002 (25ª)	2003 (26ª)	2004 (27ª)	2005 (28ª)	2006 (29ª)	2007 (30ª)	2008 (31ª)	2009 (32ª)	2010 (33ª)	2011 (34ª)	
2	233	1	3	1	1	1	2	0	2	0	3	0	2	16 (6,9%)
3	179	2	0	0	0	2	2	1	0	0	0	2	1	10 (5,6%)
4	210	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	3 (1,4%)
5	271	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1 (0,4%)
6	213	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	2	1	7 (3,3%)
7	242	1	2	2	0	0	2	3	1	0	1	0	2	14 (5,8%)
8	359	0	2	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	6 (1,7%)
9	219	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	3 (1,4%)
10	216	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1 (0,5%)
11	206	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	278	0	0	0	2	0	0	0	1	0	1	3	1	8 (2,9%)
13	241	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 (0,4%)
14	169	1	0	0	1	1	1	0	2	1	1	1	1	10 (5,9%)
15	217	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	274	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	5 (1,8%)
17	178	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	220	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	2	1	6 (2,7%)
19	215	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3 (1,4%)
20	194	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2 (1%)
21	177	X	X	2	1	1	0	1	1	0	0	0	1	7 (4%)
22	139	X	X	X	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1 (0,7%)
24 ³	99	X	X	X	X	X	X	X	0	0	0	1	0	1 (1%)
Subtotal	4749	7	7	8	7	7	10	5	8	4	12	17	13	105 (2,2%)
23	132	X	X	X	X	18	21	16	17	14	14	17	15	132 (100%)
TOTAL	4881	7	7	8	7	25	31	21	25	18	26	34	28	237 (4,9%)

* Inclui trabalhos completos e pôsteres.

1 Nomes dos GTs: GT 2 - História da Educação; GT 3 - Movimentos Sociais e Educação; GT 4 - Didática; GT 5 - Estado e Política Educacional; GT 6 - Educação Popular; GT 7 - Educação da Criança de 0 a 6 anos; GT 8 - Formação de Professores; GT 9 - Trabalho e Educação; GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita; GT 11 - Política de Educação Superior; GT 12 - Currículo; GT 13 - Educação Fundamental; GT 14 - Sociologia da Educação; GT 15 - Educação Especial; GT 16 - Educação e Comunicação; GT 17 - Filosofia da Educação; GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas; GT 19 - Educação Matemática; GT 20 - Psicologia da Educação; GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais; GT 22 - Educação Ambiental; GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação; GT 24 - Educação e Arte.

2 A letra "X" aponta a inexistência do grupo no ano indicado.

3 Na 30ª e 31ª Reuniões, o GT 24 intitulava-se, simplesmente, GE (Grupo de Estudos).

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na página da ANPED (www.anped.org.br).

Em segundo lugar, todos os demais grupos contam com ao menos um trabalho no período, sendo que há quatro deles com dez ou mais trabalhos: GT 2 com 16 trabalhos; GT 7 (Educação da Criança de 0 a 6 Anos), com 14 trabalhos; e os GTs 3 e 14 (Sociologia da Educação) com 10 trabalhos. Em seguida, o GT 23 alcança 132 trabalhos, uma vez que todos seus estudos foram enquadrados por nós na categoria FP.

Finalmente, uma leitura horizontal da tabela fornece informações mais significativas para a comparação da produção do GT 23 em relação à dos demais GTs. Tomando-se primeiramente os GTs 2, 3, 7 e 14 podemos ver que, excetuando o GT 3, os outros apresentam regularidade, pois são raros os anos em que a produção seja nula. Parece que há receptividade à temática nos grupos citados, e/ou há pesquisadores(as) do gênero que mantêm seu vínculo com os mesmos no transcorrer do tempo. Além disso, antes de 2004 (ano da criação do GT 23) a hegemonia da produção recaía sobre os GTs 2 e 7. E ano a ano, é bem razoável a proporção resultante de todos os textos dos grupos reunidos, em comparação com os do GT 23. Isso é mais claro nos três últimos anos, e mais especialmente em 2010, quando o GT 23 contou com número de textos idêntico (dezessete) ao dos demais grupos somados.

Dessa forma, queremos destacar que, embora seja evidente o espaço aberto pela criação do GT 23, parece que uma parcela de associados(as) que já pesquisavam sobre gênero não foi atraída ao grupo. Ou seja, percebe-se a manutenção da regularidade da produção dos outros GTs que já vinham dando lugar ao gênero, o que pode indicar a permanência de pessoas que pesquisam gênero em seus próprios GTs, sem migrar ao GT 23. Este, sim, passou a abrigar uma demanda represada de autoras/es que aparentemente não tinham onde apresentar seus estudos, se considerarmos que entre 2004 e 2011 o GT 23 recebeu 132 trabalhos, enquanto todos os demais GTs receberam no mesmo período apenas 76 trabalhos sobre gênero.

Em suma, o avanço dos estudos de gênero tem sido significativo na ANPEd, pois, além do relatado, existe também uma inserção maior do tema em atividades gerais dos eventos (sessões especiais, sessões conversa), ampliando, de fato, a visibilidade. Mas, por outra parte, há lugares em que o gênero simplesmente não existe, não importa, não interessa. GTs antigos, alguns deles existentes praticamente desde a organização da ANPEd em forma de grupos de trabalho, não têm oferecido espaço ao gênero, com duas hipóteses plausíveis: ausência de investigações no cenário nacional ou, caso se apresentem trabalhos ao grupo, falta de competitividade em relação àqueles que vêm sendo aprovados para apresentação nas reuniões.

Documentos do GT 23⁶ descrevem um processo de inegável ganho de espaço e aceitação da relevância da existência de um GT para abrigar os estudos de gênero. Contudo, isso não é idêntico à legitimação do gênero como categoria de análise útil em todos os campos da área de educação. É possível supor que, em alguns deles, na luta pelo monopólio da competência científica, os(as) produtores(as) utilizem estratégias de conservação e de exclusão (BOURDIEU, 2003a) de outros(as) que pleiteiem seu ingresso com objetos relacionados a gênero e sexualidades.

Discutindo a influência dos grupos de pesquisa para o avanço do campo do gênero e educação

Nem no campo científico nem no campo das relações de classe existe instância alguma que legitime as instâncias de legitimidade; as reivindicações de legitimidade obtêm sua legitimidade da força relativa dos grupos cujos interesses expressam. (BOURDIEU, 2003b, p. 22)

Uma mirada panorâmica nas informações coletadas – que condizem com indagações de

6- Veja-se, por exemplo, a "Proposição de passagem do GE 23 a GT". Disponível em: <http://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho-comite-cientifico/grupos-de-trabalho/grupos-de-trabalho/gt23>. Acesso em: 25 jan. 2016.

outras autoras (VIANNA et al., 2011) –, permite relatar uma grande dispersão na produção encontrada entre 2000 e 2011. Por dispersão queremos dizer que os objetos e áreas de conhecimento de origem dos estudos são muito variados, sendo difícil perceber, à primeira vista, acúmulo de conhecimentos e posterior investimento em temas novos. Nesse sentido, pensamos que uma forma de captar articulação entre estudos seria observar a produção trazida por grupos de pesquisa.

Não obstante, para assegurarmos-nos, com maior precisão, do impacto dos grupos de pesquisa – enquanto fonte da produção qualificada e garantia da multiplicação da discussão e intervenção nas políticas educacionais sobre gênero e diversidade sexual – seria preciso verificar grupos e orientadores(as) de trabalhos de pós-graduação. Ou seja, seria preciso ver a articulação entre estudos de orientadores(as) e orientandos(as) e ementas de linhas de pesquisa de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa.

Aqui apresentamos uma análise preliminar dessas articulações, em parte devido às dificuldades metodológicas para a coleta de dados, pois a ANPEd não solicita a discriminação do tipo de estudo de origem (dissertação, tese, pesquisa de outra natureza) nem se o trabalho contou com orientação, detalhe interessante para nós, pois não necessariamente um trabalho sobre gênero foi orientado por alguém que também pesquisa o tema. Não foi possível rastrear orientadores(as) e nos contentamos, a partir do currículo Lattes, a levantar a titulação dos(as) autores(as) à época em que o texto foi apresentado na ANPEd, para saber se cursavam a pós-graduação *stricto sensu*. Ademais, para examinarmos o pertencimento a grupos de pesquisa, somente poderíamos ser precisas no caso da vinculação atual, pois não havia histórico de pertencimento a grupos dos quais as pessoas não mais participam⁷. Soma-se a isso

o fato de que o pertencimento varia: algumas pessoas estavam ligadas a grupos à época de sua titulação aos quais hoje não mais pertencem; há pessoas que se transferiram de instituição e constituíram outros grupos etc.

Dessa forma, frente à quantidade de dados e à sua falta de uniformidade, para esta apreciação criamos alguns cenários. No primeiro deles, visamos os trabalhos FP apresentados nos GTs que indicaram financiamento entre 2007 e 2010 – pois em 2011 essa informação não consta dos textos registrados na página da internet –, e verificamos o pertencimento atual do(a) primeiro(a) autor(a) a grupo vinculado ao Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Como é possível manter-se vinculado a vários grupos, utilizamos critérios alternados: registrar o grupo em que a pessoa fosse líder, e/ou registrar o grupo cuja ementa sugerisse abordagem mais aproximada aos estudos de gênero e sexualidades e/ou registrar o grupo certificado pela instituição de vinculação do(a) autor(a); enfim, uma complexa seleção de grupos-referência.

Então, fixando-nos em todos os GTs, exceto o 23, percebemos que apenas quatro grupos de pesquisa, num total de trinta textos, apresentam mais que um texto entre as reuniões 30ª e 33ª. São eles: Formação em Diálogo: Narrativas de Professoras, Currículos e Culturas, da UERJ (31ª e 32ª Reuniões), ambos os trabalhos no GT 4 (Didática); Inovar, da UFMG (31ª e 32ª Reuniões), ambos os trabalhos no GT 14; Trabalho, Educação e Conhecimento, da Unisinos (32ª e 33ª Reuniões), ambos os trabalhos no GT 6 (Educação Popular); e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículos e Culturas – GECC, da UFMG (dois trabalhos na 33ª Reunião, no GT 12). Observe-se que tais grupos estão situados em instituições do Sudeste e do Sul e que, dentre os GTs citados, somente o 4 não se encontra entre aqueles que expressam maior produção sobre gênero, conforme exposto na seção anterior. Adicione-se a informação de que os dois trabalhos do grupo Formação em Diálogo foram apresentados pela mesma primeira autora; os dois trabalhos do grupo

7- Informações coletadas anteriormente à nova versão do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, lançada em 23 de abril de 2014 (Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/1851256>. Acesso em: 25 jan. 2016).

Inovar também foram submetidos pela mesma dupla de autores; e os dois trabalhos do grupo da Unisinos têm diferentes autoras, acontecendo o mesmo no que se refere ao GECC.

Outro detalhe corresponde a bolsas de produtividade⁸ de pessoas (primeiro(a) autor(a)) que apresentaram estudos financiados entre 2007 e 2010. Localizamos somente cinco pessoas, três⁹ com trabalhos em 2007 e duas¹⁰ com trabalhos em 2010. Os grupos foram, respectivamente às reuniões citadas: GT 5 e GT 14 (dois trabalhos); e GTs 19 (Educação Matemática) e 22 (Educação Ambiental). Como se vê, os campos de conhecimento nos quais os estudos foram submetidos são bem variados, diferindo, inclusive, da configuração indicada no caso de grupos com maior índice de produção. Ou seja, não encontramos correlação entre grupos de pesquisa, bolsistas de produtividade e publicações constantes sobre gênero em GTs específicos (excetuando-se o caso de Marília Pinto de Carvalho, que costuma participar do GT 14).

Contudo, se nos detivermos exclusivamente no GT 23, a situação altera-se bastante, pois nele há a hegemonia de alguns grupos de pesquisas, presentes repetidamente em várias reuniões. Nesse caso, somente duas autoras com trabalho financiado nas reuniões em questão possuem bolsa de produtividade – Maria Eulina Pessoa de Carvalho e Márcia Ondina Vieira Ferreira –, e aqui estamos falando de um montante de 37 trabalhos¹¹. Fixando-nos nas titulações percebemos que a maior parte dos participantes estava na condição de estudante (14 docentes versus 23 pessoas em formação), o que muito provavelmente significa que o financiamento indicado se refira a bolsas de pós-graduação.

Esses 37 trabalhos foram enviados por pessoas ligadas a dezenove grupos, com seis

trabalhos de pessoas que não constam no Diretório de Grupos de Pesquisas. O grupo que mais aparece é o Geerge (UFRGS) – com pesquisadores(as) já formados(as) e outros(as) em formação –, mas ainda assim, em termos de número de grupos, a região Sudeste supera as demais.

Em um segundo cenário, considerando as reuniões de 2007 a 2011, encontramos outros elementos importantes. Alguns dos grupos que estiveram à frente da criação do GT 23, em 2004, vêm se constituindo nos alicerces de sustentação do mesmo, em termos de coordenação e de representação no comitê científico da ANPEd. Assim, Geerge, Gepsex (UFMS), e Relações entre Filosofia e Educação para a Sexualidade na Contemporaneidade: A Problemática da Formação Docente (UFLA) vêm se alternando na coordenação e vice-coordenação do GT. Tais grupos, somados a Educação, Diversidade e Inclusão (UFPB), Labin – Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (UFPR) e Nudisex – Núcleo de Pesquisa e Estudo em Diversidade Sexual (UEM), têm ocupado a função de representação do GT no comitê científico. As eleições são bianuais e encontramos casos de reeleições ou alternância de cargos (quem era vice-coordenador passa a ser coordenador em nova eleição).

Para o terceiro cenário precisamos tomar por referência o total de 77 trabalhos e pôsteres do GT 23 publicados nas cinco reuniões examinadas (2007 a 2011). Nesse caso, nos deparamos com o fato de que há pessoas com estudos em várias reuniões: uma pessoa publicou seus estudos em quatro reuniões, cinco pessoas publicaram em três reuniões, enquanto nove pessoas têm dois textos publicados no conjunto de cinco reuniões. Juntos, tais trabalhos alcançam quase 50% do total. Dessa forma, no período analisado, existe pouca rotatividade de autores(as), o que poderia ser considerado um caso de endogenia acadêmica, hipótese impossível de se avaliar a simples vista, considerando que o processo de seleção de trabalhos não é público, desconhecendo-se, portanto, a qualidade dos trabalhos em

8- Informação coletada em maio de 2014.

9- Ângelo R. Souza, Marília Pinto de Carvalho e Alceu Ravanello Ferraro.

10- Gelsa Knijnik e Isabel Cristina de Moura Carvalho.

11- Outros três bolsistas de produtividade apresentaram trabalhos, mas como não indicaram financiamento não entraram na contagem: Anderson Ferrari (30ª Reunião), Maria Rita de Assis César (31ª Reunião) e Edvaldo Souza Couto (33ª Reunião).

competição¹². Uma alternativa de exploração desse aspecto seria verificar as diferenças e semelhanças entre trabalhos apresentados pelas mesmas pessoas, com o intuito de apurar se os avanços na produção justificariam sua seleção. Contudo, tal pesquisa não faz parte dos propósitos deste artigo.

Por fim, é preciso tecer comentários adicionais. Tornou-se evidente que são grupos de pesquisa, e não apenas indivíduos, que têm dado sustentação aos estudos sobre gênero e sexualidades expressos na ANPEd. Isso é mais claro no que se refere ao GT 23, uma vez que ele canaliza a maior parte da produção a respeito. Nos outros GTs, essa intervenção dos grupos de pesquisa não é tão forte, embora, para uma conclusão mais exaustiva, fosse necessário ampliar os critérios utilizados para construir a informação.

Observa-se igualmente que a maioria dos grupos é originária da área de educação, embora haja outros provenientes da antropologia, psicologia e educação física, indicando a interdisciplinaridade característica dos estudos de gênero.

Parece, de igual forma, que o Diretório de Grupos de Pesquisa veio a impulsionar a formação e consolidação de grupos em nosso país, tendo em conta que a maioria dos grupos indicados foi criada não somente após o lançamento do referido diretório (1992), como também o período de fundação dos grupos é muito variado, dependente, provavelmente, do processo de formação de quadros docentes com atuação nas instituições de ensino superior. Dentre os grupos com trabalhos financiados entre 2007 e 2010, encontramos apenas quatro formados na década de 1990. O mais antigo é o George (1990), seguido por Focus – Unicamp (1994), Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero – UFV (1996) e grupo Processo de Trabalho Docente – UFPel (1999). Os demais quinze grupos foram criados posteriormente a

12- A quantidade de trabalhos recebidos, embora seja pública (destacada em sessões de abertura de trabalhos), não é uniforme ou costumeiramente indicada, como observado após consulta à página da ANPEd. Veja-se especialmente <<http://www.anped.org.br/biblioteca/722/Relat%C3%B3rio>>.

2000, sendo quatro deles de 2010 em diante. Por outra parte, em relação à data de fundação do GT 23, encontramos onze grupos criados em anos posteriores a 2004, alguns deles com forte presença dentro do GT, considerando-se, por exemplo, o número de vezes em que pessoas ligadas aos grupos tiveram trabalhos aprovados (como é o caso do Grupo de Estudo em Gênero, Sexualidade e Sexo em Educação – GSS, da UFMG).

Ainda ficou evidente que algumas pessoas que estavam em formação em nível de pós-graduação, quando da publicação de seu trabalho, migraram ou instituíram novos grupos, realimentando a produção sobre gênero e colaborando para a ampliação de grupos de pesquisa em nosso país. Só para se ter uma ideia, os grupos Juventude, Educação e Sociabilidades, da UEPA, e Gênero, Corpo, Sexualidade e Educação, da UFU, foram institucionalizados em 2013, portanto, dois anos após as autoras a eles vinculadas terem apresentado seus trabalhos na 33ª Reunião da ANPEd.

Finalmente, cabe observar que a última versão do Diretório de Grupos de Pesquisa poderá permitir um seguimento futuro mais pormenorizado de alguns dos movimentos sublinhados, por exemplo, uma funcionalidade agora existente refere-se a registro para egressos, o que possibilita acompanhar melhor a formação de recursos humanos para a pesquisa.

Considerações finais: estão os estudos de gênero legitimados na ANPEd?

O capital científico é uma espécie particular de capital simbólico (do qual sabemos que sempre se apoia em atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) outorgado pelo conjunto dos pares-competidores dentro do campo científico. (BOURDIEU, 2003b, p. 79)

Embora apresentem relações entre si, as duas questões abordadas neste texto poderiam ser discutidas de forma independente. Desse ponto de vista, com a primeira questão

quisemos problematizar nossas próprias convicções anteriores, ao perceber que, mesmo considerando os imensos avanços dos estudos de gênero na ANPED – e que expressam, em alguma medida, como está a discussão em nível da pós-graduação e como se encontra a pesquisa a respeito –, parece que seu crescimento se deve mais à criação de um nicho, como indicado nas referências apresentadas no início deste trabalho, do que a uma real aceitação de relevância analítica da categoria na instituição como um todo. Em síntese, em toda a história da ANPED, há áreas nas quais o gênero ainda não ingressou, e, nos GTs em que tem estado presente – além do GT 23, obviamente –, só encontramos um número pequeno de trabalhos no transcorrer dos anos, como se de novo houvesse um nicho em alguns deles. No entanto, para poder confirmar essa hipótese, seria preciso ampliar a coleta sobre a autoria dos trabalhos apresentados nos demais GTs, aqui exemplificada por meio dos trabalhos FP que indicaram financiamento entre os anos de 2007 e 2010, tarefa que ficará para um próximo estudo.

É possível dizer, então, que os estudos de gênero estão legitimados no espaço da ANPED? Essa é uma provocação trazida ao debate, embora, em nossa opinião, eles não se encontrem completamente legitimados, se levarmos em conta os critérios utilizados pelo autor que nos ofereceu as epígrafes deste texto:

Um problema filosófico (ou científico etc.) legítimo é aquele que os filósofos (ou os científicos) reconhecem [...] como tal – porque se inscreve na lógica da história do campo e em suas disposições historicamente constituídas para e pelo pertencimento ao campo – e que, pelo fato mesmo da autoridade específica que se lhe reconhece, tem grandes possibilidades de ser amplamente reconhecido como legítimo (BOURDIEU, 2003a, p. 123-124).

O outro lado dessa discussão – ganho de espaço, aceitação da relevância (*legitimação...*)

– radica naqueles e naquelas que têm pleiteado a inclusão do tema como problema relevante e *legítimo*, ou seja, pesquisadoras e pesquisadores que, como tentamos demonstrar, vêm utilizando o artifício (*legítimo*, isto é, segundo a força dos grupos, dentro das regras do campo) de aprofundar o conhecimento do tema por meio de grupos de pesquisa reconhecidos pelas instituições organizadoras da produção científica no país. Os grupos de pesquisa são inegavelmente os propulsores da produção e da luta por legitimação, especialmente dentro do GT 23, no qual costumam investir com constância. Não é isso que parece ocorrer nos demais GTs da ANPED, nos quais pouco se encontra em termos de produções sobre gênero de pessoas diferentes ligadas aos mesmos grupos de pesquisa. Ou seja, no caso do GT 23, os grupos de pesquisa distribuem seu capital científico entre seus membros – elemento que por si só já se constitui em outro interessante objeto para investigação.

Talvez possamos pensar, sim, numa *visibilidade* cada vez maior do gênero dentro da ANPED, ou, utilizando os conceitos popularizados por Fraser (2009) dentro do campo do gênero, numa ampliação da dimensão da representação e da dimensão do reconhecimento, expressas mais especialmente pela consolidação do GT 23.

Por fim, um comentário de natureza qualitativa. Em termos de conteúdos dos estudos, o GT 23 parece ser hegemonizado pela perspectiva pós-estruturalista, especialmente no que se refere à concorrência de perspectivas diferenciadas sobre gênero e diversidades sexuais. Essa ligação é uma potente característica do GT, sendo que nos demais GTs quase nada se encontra sobre diversidades sexuais entre 2007 e 2011, predominam trabalhos – da mesma forma, relevantes – sobre a condição das mulheres, a feminização da docência, as relações de gênero no ambiente escolar, no currículo e nos processos de avaliação etc.

Novamente, aqui, é possível levantar algumas questões: o GT 23 transformou-se num

nicho para os trabalhos sobre sexualidade? E por que motivo ele atrai autores(as) vinculadas ao pós-estruturalismo e, em menor quantidade, outros enfoques e temáticas? Ocorre, também nesse espaço, a utilização de estratégias de conservação e de exclusão?

Considerando-se o caráter transdisciplinar do gênero como categoria de análise, a prevalência de uma orientação pode garantir o aprofundamento dos estudos nessa linha. Contudo, a compreensão do objeto pode se estreitar. Desse ponto de vista, seria importante ver em funcionamento e em debate várias formas diferentes de se trabalhar o gênero. Para dar apenas um exemplo, uma contribuição quase ausente dos referenciais

da produção expressa na ANPEd (como um todo) diz respeito às chamadas *relações sociais de sexo*, associado ao estudo da divisão sexual do trabalho, bastante significativo no caso da compreensão de ofícios realizados prioritariamente por mulheres, como é o caso da docência (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009).

Em suma, avanços dependem, também, de disputas entre distintas correntes teóricas, ampliação do que conhecemos e imersão em formas diferenciadas de ver um mesmo objeto. Quiçá seja preciso um pouco mais de disputas para fazer avançar ainda mais o campo do gênero na ANPEd, garantindo-lhe maior visibilidade e legitimidade.

Referências

- ADELMAN, Miriam. Um lugar ao sol? A teoria feminista e seu lugar no campo das ciências sociais. In: LAGO, Mara C. de S. et al. (Org.). **Interdisciplinaridade em diálogos de gênero**. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 165-175.
- BLAY, Eva. Núcleos de Estudos da Mulher X Academia. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISAS – 2005, 2006. **Pensando gênero e ciência**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 63-71.
- BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Quadrata, 2003a.
- BOURDIEU, Pierre. **Los usos sociales de la ciencia**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003b.
- BOURDIEU, Pierre. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 33-38.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos/Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISAS – 2005, 2006, Brasília, DF. **Pensando gênero e ciência**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli R. Introdução. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli R. (Org.) **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2001. p. 7-13.
- COSTA, Albertina de O. O campo de estudos da mulher no Brasil – período de formação. In: BRANDÃO, Margarida Luiza R.; BINGEMER, Maria Clara L. (Org.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994. p. 161-169.

COSTA, Albertina de O. O campo de estudos de gênero e suas duas revistas: uma pauta de pesquisa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 131-132, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100014>. Acesso em: 25 jan. 2016.

COSTA, Albertina de O. Women's studies in Brazil; or the tightrope-walking strategy. In: BARRETO, Elba; ZIBAS, Dagmar (Org.). **Brazilian issues on education, gender and race**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996. p. 36-47.

COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. A ANPed e a produção sobre gênero e sexualidades: a contribuição dos grupos de pesquisa do CNPq. Pelotas: UFPel, 2015. **Relatório de Pesquisa Bolsa de Produtividade/CNPq**.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Pesquisando gênero e sindicalismo docente: à procura de um referencial para uma temática transdisciplinar. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. Brasília, DF: Paralelo 15, 2011. p. 29-46.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Relações de gênero e sexualidades no campo da educação: uma análise a partir da produção da ANPed (delineamento quantitativo e qualitativo). Pelotas: UFPel, 2012. **Relatório de Pesquisa Bolsa de Produtividade/CNPq**.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, p. 11-39, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n77/a01n77.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2016.

GODINHO, Tatau et al. (Org.). **Trajetória da mulher na educação brasileira: 1996-2003**. Brasília, DF: INEP, 2006.

GROSSI, Miriam P. A revista Estudos Feministas faz dez anos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, p. 211-221, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300023>. Acesso em: 25 jan. 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão social do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2016.

JUNQUEIRA, Rogério D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, DF: MEC: Unesco, 2009.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

MATOS, Marlise; MARQUES, Danusa. Caminhos das discussões acadêmicas sobre o tema de gênero, mulheres e política: em que momento estamos? In: BRASIL. **Observatório Brasil de Igualdade de Gênero**. Brasília, DF: SPM, 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outras-artigos-e-publicacoes/caminhos-das-discussoes-academicas-sobre-o-tema-de-genero-mulheres-e-politica-em-que-momentos-estamos>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MELO, Hildete P. de et al. (Org.). **Olhares feministas**. Brasília, DF: MEC: Unesco, 2006.

RIBEIRO, Cláudia M.; XAVIER FILHA, Constantina. Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPed, 36., 2013, Goiânia. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPed, 2013. p. 1-21. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt23_trabcomendado_claudiaribeiro.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

RISTOFF, Dilvo et al. (Org.). **A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005**. Brasília, DF: INEP, 2007.

RISTOFF, Dilvo et al. In: SIMPÓSIO GÊNERO E INDICADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA, 2008, Brasília, DF. **Simpósio...** Brasília, DF: INEP, 2008. p. 31-62.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime (Org.). **Trajetória da mulher na educação superior brasileira: 1991-2004**. Brasília, DF: INEP, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 47-68, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v27n1/a04v27n1.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCAVONE, Lucila. Ciência e militância: os estudos de gênero no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. p. 1-18. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=992&Itemid=353>. Acesso em: 25 jan. 2016.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: Edusc, 2001.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

VIANNA, Claudia et al. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 525-545, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a16.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

Recebido em: 17.02.2016

Aprovado em: 23.08.2016

Márcia Ondina Vieira Ferreira é doutora em sociologia pela Universidad de Salamanca (Espanha), professora do PPGE da Faculdade de Educação da UFPel, bolsista de produtividade em pesquisa (CNPq) e coordenadora do Grupo de Pesquisa Processo de Trabalho Docente.

Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel é doutoranda em educação e mestre (2014) pelo PPGE da Faculdade de Educação da UFPel, professora da EMEF Presidente Floriano Peixoto (Novo Hamburgo) e membro do Grupo de Pesquisa Processo de Trabalho Docente.

